

TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA: O PARLAMENTO E AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS.

VILMA DE M. FIGUEIREDO¹, JOÃO GABRIEL L.C. TEIXEIRA² e
CAETANO ERNESTO P. DE ARAÚJO³

RESUMO - O trabalho analisa as repercussões, no Congresso Nacional, das avaliações da modernização tecnológica feitas por trabalhadores rurais sindicalizados. Questões levantadas por trabalhadores rurais de alguns municípios do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco orientaram as entrevistas feitas com Senadores e Deputados mais votados naqueles municípios e também com os presidentes das Comissões de Reforma Agrária, de Agricultura e Política Rural e de Ciência e Tecnologia. Com exceção dos presidentes de comissões e dos parlamentares do Rio Grande do Sul, o estudo revela um discurso genérico e impreciso por parte dos congressistas, em relação às implicações da tecnologia agropecuária para os trabalhadores rurais. Finalmente, o estudo procura mostrar a questão tecnológica como um campo de construção da cidadania do trabalhador rural.

ABSTRACT - This paper analyses the impact at the National Congress of the evaluations made by rural workers organized in labour unions about technological modernization in agriculture. Questions raised by rural workers in some counties of the states of Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro and Pernambuco guided interviews with senators and representatives with greater popular support in those counties as well as with the chairmen of the commissions of Agrarian Reform, Agriculture and Rural Policy, Science and Technology. Except for commissions chairmen and Rio Grande do Sul representatives, all other congressmen made a general and superficial speech on agriculture technological modernization and its implications on rural workers. Finally the paper aims at pointing out technology as a field of rural workers citizenship construction.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo avaliar as repercussões das reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais quanto ao processo de absorção de novas tecnologias na agricultura brasileira.

¹ Socióloga, Mestre, Ph.D. Membro do Corpo Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

² Sociólogo, Mestre, Ph.D. Membro do Corpo Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

³ Sociólogo, Mestre. Assessor Legislativo do Senado Federal.

Trata-se, na verdade, da terceira fase do "Diagnóstico dos Impactos da Adoção de Tecnologias na Agricultura Brasileira" que, na sua fase anterior⁴, constou de estudos de caso sobre a resposta sindical à introdução de novas tecnologias no campo. Foram estudadas as reivindicações de trabalhadores sindicalizados em três áreas geográficas distintas: a região da produção da soja no Rio Grande do Sul (municípios de Santa Maria, Santo Ângelo e Carazinho), de cana-de-açúcar no Rio de Janeiro (Campos e São João da Barra) e em Pernambuco (Carpina, São Lourenço da Mata, Rio Formoso e Jaboatão).

Esta terceira fase busca alcançar, especificamente, os posicionamentos dos parlamentares mais votados naqueles municípios, independentemente do partido político de que façam parte, a respeito da questão tecnológica, no que se refere à chamada "modernização" da agricultura brasileira e à qualidade das reivindicações dos agentes afetados, via, principalmente, formulações de trabalhadores sindicalizados (pequenos produtores e assalariados) e suas lideranças.

Antes de entrar na apresentação e análise dos dados substantivos, porém, julgamos necessário contextualizar aqui as condições e circunstâncias em que a pesquisa foi realizada.

O Contexto da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas durante os meses de maio a setembro deste ano. Foi elaborado um roteiro prévio em que se colocava o rol das reivindicações dos trabalhadores sindicalizados, sobre as conseqüências da modernização tecnológica e, a seguir, solicitava-se ao parlamentar que se posicionasse em relação às reivindicações. Posteriormente, perguntava-se ao mesmo parlamentar sobre o estado das coisas no Congresso Nacional, ou seja, como ele veio a tomar conhecimento das reivindicações e que ações estavam, por ventura, sendo desenvolvidas no Parlamento no sentido do seu atendimento. Por fim, indagava-se ao entrevistado sobre os canais de comunicação entre as bases geradoras das reivindicações e a representação política ao nível do Congresso Nacional. No caso em que o entrevistado reconhecesse a fragilidade desses canais, solicitavam-se sugestões no sentido do seu alargamento e fortalecimento.

Inicialmente, selecionamos os três deputados federais mais votados em cada um dos nove municípios mencionados anteriormente e que haviam sido objeto de estu-

⁴ Os resultados dessa fase foram divulgados por Figueiredo (1984), enviado ao CNPq em 1984, e publicados posteriormente (Figueiredo & Araújo 1984a, b, Schmidt & Freitas 1984).

do nas fases primeira e segunda do "Diagnóstico", perfazendo um total de 18 deputados⁵. Destes, logramos entrevistar quatorze deputados. Além destes parlamentares, entrevistamos dois senadores, ambos com envolvimento notório com o setor rural, e mais os presidentes das Comissões de Reforma Agrária, Agricultura e Política Rural, e Ciência e Tecnologia (todas da Câmara dos Deputados).

No decorrer da pesquisa, também julgou-se necessário incluir os depoimentos de mais três deputados sem vínculo político nas áreas estudadas, mas com atuação reconhecida enquanto membros da Comissão Especial Mista Destinada a Realizar Estudo sobre a Fabricação e Comercialização de Agrotóxicos no País e da já citada Comissão de Agricultura e Política Rural. Na verdade, entrevistamos 22 parlamentares, sendo, além dos dois senadores (ambos do PMDB e também membros de comissões), três do PDT (do Rio Grande do Sul), seis do PDS (dois do Rio Grande do Sul, dois de Pernambuco, um do Rio de Janeiro e um de São Paulo), oito do PMDB (quatro de Pernambuco, um do Rio de Janeiro, um do Rio Grande do Sul, um da Bahia e um de Santa Catarina), dois do PFL (um do Rio de Janeiro e um de Pernambuco) e um do PCB.

Foi necessário um prazo bastante prolongado para realização das entrevistas. Primeiro, devido à dificuldade de acesso aos parlamentares (principalmente os do Rio de Janeiro) em face das viagens constantes e permanência em Brasília por tempo reduzido, quando as obrigações políticas se acumulam e o tempo de atendimento nos gabinetes escasseia. Segundo, houve um desinteresse bastante manifesto por alguns parlamentares em responder a um questionamento de caráter notadamente acadêmico⁶.

Tal constrangimento já havia sido apontado por Lima, que preferiu, por questão de método, incluir em sua amostra apenas os parlamentares "sabidamente envolvidos com as questões de ciência e tecnologia no Congresso Nacional (Lima 1985: 19). Além disso, Lima ressalta a existência de um "baixo nível de conhecimento/interesse entre a maioria dos atuais parlamentares sobre as questões de ciência e tecnologia" (Lima 1985:23-4).

⁵ Como houve casos de repetição, ou seja, houve deputados que estavam entre os três mais votados em mais de um município, o número total de selecionados é menor do que o apontado pela matemática.

⁶ Houve exceções entre membros de comissões que não só se interessaram em responder à entrevista, mas também solicitaram e leram os trabalhos referentes às fases anteriores da pesquisa.

Por outro lado, pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Sócio-econômicos (1984), sobre as tendências de 32 parlamentares da posição em relação ao Projeto de Lei da Informática, revelou um inesperado desconhecimento por parte dos entrevistados. Cabe enfatizar, também, o caráter pioneiro e exploratório desta e das demais pesquisas mencionadas, ao trazerem preocupações e discernimentos de parcelas da sociedade civil para o âmbito do Congresso Nacional, apenas recentemente liberado e relativamente integrado em suas plenas funções de fórum nacional de debates e gerador de propostas para dimensionamento dos problemas nacionais mais prementes, ou seja, uma instituição lançada no descrédito e inoperância por 20 anos de autoritarismo nas relações entre os três poderes.

Portanto, é de se esperar que a continuidade de pesquisas desse teor, agora se tornando atividade rotineira de interesse acadêmico, mantenha-se, de maneira a contribuir para nossa compreensão do "estado das coisas" no Parlamento Nacional e como as reivindicações da sociedade são encaminhadas para discussão e solução.

A Conjuntura Política

Não é de causar estranheza o fato de que essas primeiras experiências de pesquisa acadêmica sobre tecnologia ao nível do Legislativo (e aqui incluímos a nossa) tenham enfrentado as dificuldades antes apontadas.

No nosso caso, evidentemente, as dificuldades também são resultado do contexto político em que o nosso questionamento chegou ao Parlamento. Primeiro, há que se destacar o fato de que parte as entrevistas (de maio a junho) foi realizada numa conjuntura política extremamente marcada pelos efeitos, articulações e discussões em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No seio do Congresso Nacional, onde 63 deputados e 12 senadores são proprietários rurais (Latifundiários . . . 1985), estes efeitos se demonstraram na tentativa de se justificar a inconstitucionalidade do PNRA e a necessidade de este ser aprovado pelo Congresso.

Tais fatores influenciaram o *ethos* da pesquisa, no sentido de que a atenção e a curiosidade dos parlamentares se deslocaram da problemática da introdução de novas tecnologias e se concentraram nos desdobramentos de um projeto de reforma agrária, apenas anunciado pelo Executivo.

Por outro lado, as entrevistas também se realizaram num contexto político em que as manifestações anti-reforma agrária eram as mais articuladas, haja vista que o "Congresso Brasileiro sobre Reforma Agrária" da Confederação Nacional da Agricultura (dos patrões), realizado em 11 e 12 de junho deste ano, após o anúncio

do PNRA pelo Executivo, já contou com a presença de 40 deputados e dois senadores, enquanto que o encerramento do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 30 de maio, contou com presença bem menos expressiva de parlamentares.

De forma geral, no cotidiano da prática parlamentar as idéias e os discursos que expressam as posições patronais eram as mais divulgadas e internalizadas. Para os empresários rurais, estas posições podem ser resumidas na afirmação de que a Reforma Agrária não pode ser mera distribuição de terras, pois necessita de uma política agrícola que a viabilize e não prejudique as grandes propriedades mais produtivas, com ênfase na tecnologia e assistência técnica. Para os latifundiários, a fala difere da precedente, no sentido de que defende a formulação de uma política agrícola de preços mínimos e crédito, sem referência explícita à tecnologia, numa defesa ideológica do latifúndio improdutivo como produtivo.

Numa segunda fase (agosto e setembro), as respostas das entrevistas estavam claramente marcadas pelas constantes críticas publicadas na imprensa sobre as mordomias e *jettons* pagos aos parlamentares. Muitos dos entrevistados estenderam-se neste assunto, tentando defender-se das acusações. De qualquer forma, parece que tal pressão contribuiu para facilitar o nosso acesso aos entrevistados nessa fase.

O Parlamento e as Reivindicações dos Trabalhadores Rurais

As entrevistas realizadas contemplaram três aspectos distintos da questão da tecnologia agropecuária. Um primeiro grupo de perguntas procurou apurar o posicionamento dos parlamentares em face de determinadas tecnologias e suas consequências, contrastando-o com o expresso pelos trabalhadores rurais nas etapas anteriores da pesquisa. Estas perguntas apresentavam as reivindicações dos trabalhadores e solicitavam a opinião do parlamentar. Outro conjunto de questões indagava não mais da aplicação e efetivação de determinadas tecnologias, mas das condições de gestação da política tecnológica em vigor. Também, aqui procurou-se a comparação com o discurso dos trabalhadores, intensamente marcado pela percepção de sua exclusão dos processos decisórios, que atenderiam a interesses outros. Finalmente, outra dimensão presente nas perguntas formuladas diz respeito ao papel atual e potencial do Congresso na elaboração de uma política tecnológica e na fiscalização de sua implantação.

Os resultados da análise efetuada serão apresentados na ordem citada. Primeiramente, será exposto o posicionamento dos parlamentares diante do acesso difícil dos pequenos produtores à tecnologia; das consequências desta para a saúde, nível

de emprego dos assalariados e grau do esforço por eles dispendido no processo de trabalho; da dependência criada com relação a bancos e empresas fornecedoras; da vinculação entre questão tecnológica e fundiária; e do uso inadequado e restrito das tecnologias disponíveis. Em seguida, será discutida a questão da gestação da política tecnológica, o tratamento que têm recebido as reivindicações dos trabalhadores, os interesses preponderantes nos processos decisórios e o espaço possível que os trabalhadores rurais teriam nesses processos. Finalmente, a ação possível do Congresso, nos planos legislativo e fiscalizador, com relação à questão, e a existência ou carência de canais de comunicação bem definidos que façam circular as demandas dos trabalhadores em direção ao Congresso Nacional.

Os Posicionamentos dos Parlamentares

O discurso dos parlamentares acerca da questão tecnológica é vago, de forma geral, e chega a ser, em alguns dos casos, inconsistente. Percebe-se que a questão não se encontra ainda claramente definida, mesclando-se, com frequência, com aspectos previdenciários, assistenciais etc. O discurso ganha em precisão quando atinge as questões da gestação da política tecnológica e do papel do Congresso Nacional. Porém, mesmo no que diz respeito às reivindicações dos trabalhadores rurais na questão tecnológica, é claramente perceptível, por um lado, a clivagem regional, que opõe os parlamentares gaúchos aos pernambucanos e fluminenses e, por outro lado, e com menor intensidade, a ideológico-partidária. O discurso dos presidentes e membros ativos das comissões também mostrou-se mais informado tecnicamente e mais articulado na sua formulação.

Um aspecto comum à maioria dos entrevistados foi o deslocamento que operaram da questão. Foi-lhes apresentado o rol de reivindicações dos trabalhadores rurais no que se refere à tecnologia. As respostas abandonaram esse referencial e centraram-se em relação ao agricultor ou produtor em geral e à tecnologia. Evidentemente, o "produtor em geral" pernambucano difere, significativamente, do gaúcho, e essa diferença elucidada, em boa parte, a diversidade dos discursos. Cabe acrescentar que, no caso gaúcho, tal deslocamento corresponde, na prática, a uma redução do conceito de trabalhador rural. Produtor em geral é o pequeno produtor, representado (e, como vimos nas etapas anteriores da pesquisa, quase exclusivamente representado) nos sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. Pode-se dizer, portanto, que, ao nível dos discursos dos parlamentares gaúchos, reproduz-se uma conceituação vigente no meio sindical rural.

Em Pernambuco, à semelhança do Rio de Janeiro, o deslocamento é completo. Produtor em geral, na linguagem de seus parlamentares, é o grande produtor, oposto até explicitamente⁷, em alguns casos, aos trabalhadores rurais.

A diferenciação entre as categorias de grande (usineiros, latifundiários e empresários agrícolas), médio e pequeno produtor, além dos trabalhadores assalariados rurais, propriamente ditos, somente se mostrou nítida entre os componentes de comissões mais informados sobre as diversidades regionais e tipos de exploração agrícola.

A diferença de posicionamento ante as reivindicações dos trabalhadores rurais relativas à saúde ilustram bem esta clivagem. Evidentemente, todos os entrevistados consideram justas as reivindicações dos trabalhadores, por exemplo, ao reconhecerem a necessidade de se institucionalizar o salário insalubridade e a proteção contra os efeitos nocivos dos agrotóxicos. No entanto, três dos sete deputados pernambucanos entrevistados ressaltaram que eventuais medidas protecionistas não poderiam cercear possíveis conquistas em termos de produtividade. Um dos representantes do PDS pernambucano considera necessário o controle dos agrotóxicos e a proteção do ambiente, mas entende que é necessário "fazer uma agricultura dentro dos padrões que se fazem nos centros mais modernos do mundo, utilizando defensivos, utilizando adubos e máquinas". O representante do PFL vai mais longe, afirmando que, "se está em curso um processo de desenvolvimento no País", o Congresso não pode intervir pretendendo um "protecionismo para os recursos humanos". O mesmo parlamentar, no decorrer da entrevista, expressou sua convicção de que os trabalhadores rurais eram prejudicados na questão da saúde por ignorância ou falta de assessoramento, por não reivindicarem o que têm direito. A maioria dos deputados do PMDB pernambucano considera inteiramente justas, sem restrições, as posições dos trabalhadores rurais. No caso dos parlamentares do Rio de Janeiro, houve a tentativa generalizada de negar a existência do problema, afirmando até que a aplicação existente destes defensivos já é feita de forma discriminada. "Ninguém aplica agrotóxicos indiscriminadamente", disse. Em contraste, os parlamentares gaúchos condenaram quase unanimemente o uso indiscriminado de defensivos, em razão dos prejuízos decorrentes para a saúde de produtores e consumidores, como abordaram

⁷ Um dos parlamentares, quando interrogado a respeito da possível participação dos trabalhadores, declarou ser importante que este "pressiona o produtor para que este se conscientize que ele tem que gastar dinheiro, que parte de sua produção tem que ser utilizada no sentido de que tem que fazer pesquisa no país".

dois outros aspectos da questão: a elevação do custo final do produto pelos agrotóxicos e suas conseqüências negativas em termos de produtividade⁸.

Novamente, os parlamentares, membros de comissões, acentuaram a necessidade de aprovação de uma legislação específica controlando o uso de alguns agrotóxicos considerados de baixa periculosidade e a proibição total do uso de outros, especialmente os organoclorados e mercuriais. Um deles chegou a mencionar o caso de pulverização dos canaviais pernambucanos com BHC, por avião, contaminando não só as famílias de trabalhadores, mas também populações inteiras de vilas e povoados⁹.

Alguns mencionaram o fato de que a luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos é questão que soma no Congresso, pois pode aglutinar grandes, médios e pequenos proprietários pelo custo excessivo dos mesmos e pelo aumento do custo da produção que disso resulta. Outros insistiram, porém, que não há como evitar o uso desses insumos, uma vez que implicam aumento de produtividade. Entretanto, um ex-Ministro da Agricultura e atual membro da Comissão Especial Mista para o Estudo da Fabricação e Comercialização de Agrotóxicos no País considerou que está provado que o uso de agrotóxicos é "desumano, nocivo e até antieconômico, desde que o aumento da produtividade decorrente do uso desta tecnologia é pequeno". Por isto, considerou que os agrotóxicos devem ser usados somente quanto absolutamente necessários, em caso de pragas resistentes às outras tecnologias. Este mesmo parlamentar ainda considerou outros efeitos negativos desses insumos importados (informando que alguns deles permanecem no solo por 40 anos), inclusive sobre a pesquisa produzida localmente.

Outro parlamentar afirmou que mais uma vez o pequeno produtor é a grande vítima do modelo tecnológico aplicado na agricultura no Brasil e que "com esse processo de transferência de tecnologia, de certa forma forçada, colocando a própria pesquisa e a extensão rural a serviço dessa política, abandonaram-se práticas que já eram rotineiras e que estavam sendo assimiladas pelo produtor, como as práticas de conservação do solo e as tecnologias alternativas". Este mesmo parlamentar defendeu a idéia de políticas diferenciadas para o grande, médio e pequeno

⁸ Houve um parlamentar do PDS gaúcho que afirmou: "O debate sobre novas tecnologias é nacional. Os ecologistas exageraram a temática. Num mundo onde o principal problema é a fome, nós não podemos cair naquele exagero de, para não usar uma tecnologia moderna que oferece risco, aboli-la completamente. Temos que usá-la adequadamente, assim como os antibióticos".

⁹ Este mesmo parlamentar mencionou que apresentou projeto de lei ao parlamento em que propõe a isenção de impostos para produtos que façam o combate biológico às pragas, além de criar incentivos para pesquisa de outros defensivos desta natureza.

produtor, sob a alegação de que a esses últimos cabe, historicamente no Brasil, a grande tarefa de produzir o alimento básico.

Todos são unânimes em reconhecer no cooperativismo uma forma de viabilização dos interesses de pequenos e médios produtores, em relação ao uso equilibrado de tecnologias, preços favoráveis e maior produtividade¹⁰

Também, em nível de comissão, não é generalizada a idéia de que o pequeno produtor não absorve novas tecnologias por ser preconceituoso, desinformado e tradicionalista, apontando-se, sim, como dificuldades reais, o acesso ao crédito rural e o alto custo de equipamentos, máquinas e insumos.

No que se refere à mecanização, os parlamentares pernambucanos a associam de imediato à questão do desemprego. Consideram-na necessária, apesar de reconhecerem que algumas tarefas realizadas pela máquina poderiam ser feitas pelo homem. Um dos representantes do PMDB declarou-se favorável a ela desde que "subordinada ao homem" e sem desemprego. Outro, parlamentar do PDS, reconheceu a inevitabilidade de um certo grau de desemprego, considerando, porém, que os excedentes de mão-de-obra poderiam ser colocados de maneira produtiva no cerrado do centro do País — "essa imensidão de terra".

Entre os parlamentares do Rio de Janeiro, houve pouca referência aos efeitos negativos da mecanização sobre o nível de emprego na região, apesar de eles afirmarem que não existe desemprego como resultado da adoção de novas tecnologias e que a "evasão populacional do campo é inelutável". O único problema para esses parlamentares, do ponto de vista do trabalhador assalariado, é que, quando uma técnica moderna é introduzida, os trabalhadores são afastados e não são convocados ao aprendizado daquela técnica. Do ponto de vista do acesso do pequeno produtor às novas tecnologias, a questão é apresentada como um problema de educação e que "não há má vontade por parte dos pequenos produtores com relação à absorção dessas tecnologias, mas, sim, preconceitos". Neste caso, a solução apontada é um maior entrosamento entre técnicos e trabalhadores rurais.

¹⁰ O parlamentar do PDS de São Paulo foi o mais claro a esse respeito: "Parece-me que uma das soluções que nós teríamos para o campo e, em especial, para o pequeno produtor seria incentivar a criação de cooperativas agrícolas, porque o pequeno produtor só teria realmente acesso à toda tecnologia moderna se ele pudesse se somar aos outros pequenos produtores. É inviável para um pequeno produtor não só o domínio da tecnologia moderna, mas também os equipamentos necessários para desenvolver essa tecnologia. E, mais, os recursos normalmente colocados à disposição do pequeno produtor, só o são de forma lenta e com uma série de dificuldades; um pequeno produtor normalmente não tem, sozinho, condições de acionar todos os mecanismos estatais que o governo eventualmente coloca à sua disposição".

No discurso dos representantes do Rio Grande do Sul, por sua vez, a mecanização da agricultura não é associada de maneira tão intensa ao desemprego rural, como em Pernambuco. São citadas, mais de uma vez, suas conseqüências indesejáveis em termos de dependência em relação aos agentes financeiros. Um dos parlamentares entrevistados, dos mais progressistas por sinal, nega explicitamente a relação de causalidade, mecanização-êxodo rural, atribuindo este diretamente ao perfil da estrutura agrária gaúcha. O mesmo parlamentar ofereceu como explicitação acessória as brechas existentes na legislação trabalhista, que facilitariam as ações de empregados contra patrões, estimulando estes últimos à substituição da força de trabalho por herbicidas, nos processos de limpa de lavouras.

Para os componentes das comissões, o tema da mecanização e desemprego é encarado em termos globais e não dizendo respeito, unicamente, ao setor rural: "Não é possível resolver as questões do campo presos ao próprio campo . . . Haverá uma necessidade de se criarem empregos nos setores secundário e terciário para ocupar a mão-de-obra camponesa. Isso é histórico. Esse problema de aumento da mecanização com o conseqüente desemprego terá que ser equacionado no contexto da economia como um todo e não, estritamente, dentro do setor primário".

Cabe enfatizar, ainda, que entre os membros de comissões foi destacada a dimensão "libertação" da tecnologia, que não se realiza entre nós por se desenvolver sempre em prejuízo do trabalhador. "A modernização propicia a condição de aliviar a carga horária do trabalho, o sacrifício do trabalhador e beneficiá-lo na sua remuneração". Continuando, o mesmo parlamentar acrescentou que, no Brasil, tem-se a "visão perversa do capitalismo selvagem, e o avanço tecnológico vem em detrimento do trabalhador".

No que se refere à questão da monocultura, quatro dos parlamentares gaúchos entrevistados ressaltaram a vulnerabilidade a que deixou o agricultor, a expulsão conseqüente de agricultores arruinados para a área de fronteira agrícola e principalmente sua condição de conseqüência lógica de uma política agrícola que privilegia o mercado externo. Todos compararam a situação anterior do colono auto-suficiente, que mantinha uma produção para a sua subsistência, com a atual, em que não é incomum colonos comprarem verduras, ovos, galinhas etc. nos mercados urbanos. Alguns advogam inclusive a adoção planejada de outra política agrícola que restaure a diversidade produtiva perdida no interior de cada estabelecimento. Dentre os parlamentares pernambucanos, apenas um — representante do PDS — manifestou-se a respeito do assunto, negando enfaticamente que a monocultura canavieira esgotasse o solo. O problema, na sua visão, não é monocultura, mas a carência de tecnologias que a viabilizam. Segundo o mesmo parlamentar, a monocultura não é problema,

mas, pelo contrário, algo a ser preservado. No caso dos parlamentares do Rio de Janeiro, a falta de menção à monocultura canavieira sugere que ela é tomada como fato consumado.

Os representantes de comissões também fizeram pouca alusão ao tema em discussão. No entanto, houve a identificação do tipo de financiamento praticado com o desenvolvimento da monocultura. A política financeira, segundo um deles, "não se preocupa em diversificar a economia agrícola e, no entanto, a monocultura leva a crises nem sempre fáceis de serem previstas e evitadas: basta que o preço de um produto caia no mercado internacional para que todo sistema produtivo entre em pane. Por isso, advogamos a necessidade de diversificação agrícola, principalmente para o médio e pequeno produtor".

A questão da dependência também é tratada de maneira diferenciada. Todos os parlamentares gaúchos abordaram o assunto, levantando, entre outras questões, a distinção entre a dependência do agricultor diante do agente financeiro e diante da empresa fornecedora de insumos; a difusão de determinadas tecnologias mais caras por interesse dos fornecedores; a relação entre elevação dos custos de produção e dependência financeira; e a deterioração das relações de troca entre os produtores e fornecedores. Significativamente, dois dos parlamentares eleitos pelo PDT estenderam-se mais na questão da dependência financeira. Esta, para eles, está associada à recente retração do Banco do Brasil no campo do crédito rural em benefício dos bancos particulares e à retirada do subsídio ao crédito rural. Propõem a volta do Banco do Brasil ao quase monopólio do crédito, a concessão limitada deste mediante o pagamento em produto, juros inferiores aos de mercado e, até, a estatização dos bancos. Neste última proposta, estão acompanhados por um dos parlamentares do PMDB de Pernambuco, que, no entanto, não aduziu nenhuma razão desse tipo para seu posicionamento. É significativo, em contraste, o silêncio dos demais representantes pernambucanos a respeito do assunto. Mesmo quando expressamente perguntados a esse respeito não tinham o que dizer. Ao que tudo indica, a dependência financeira não constitui problema para os "produtores em geral" de Pernambuco.

O problema da dependência financeira, também, foi identificado por um parlamentar do PDS do Rio Grande do Sul, que destacou o difícil acesso do pequeno produtor ao crédito agrícola, especialmente quando não é proprietário, tendo em vista as exigências dos bancos.

Ao nível das comissões, o problema da dependência financeira é tratado em termos do modelo brasileiro de desenvolvimento que "sempre foi o da grande empresa e do Brasil capitania", em que não só o pequeno produtor é penalizado,

mas também a empresa nacional. Um dos parlamentares citando o programa para a agricultura brasileira do então candidato Tancredo Neves, do qual foi um dos relatores, afirmou: "A modernização conservadora dos governos autoritários subsidiou com juros negativos e incentivos fiscais uma tecnologia de aplicação intensiva de capital e dependência de insumos produzidos por empresas multinacionais".

Quanto à Reforma Agrária, há unanimidade a respeito da necessidade de não se limitar à distribuição de terras. Todos consideram necessária, além de terra, a presença atuante do Estado na assistência técnica, financeira e mesmo comercial. O agricultor deve ter a terra e acesso à tecnologia, crédito, mercados e garantias de preços mínimos compensadores. Foram citadas experiências de distribuição de terras na ausência dessas circunstâncias (ao nível do INCRA e de governos estaduais) que redundaram em fracasso completo¹¹. A indispensabilidade dessas medidas complementares é utilizada claramente pelos parlamentares mais conservadores, para fazer ver as dificuldades de uma Reforma Agrária hoje, momento em que o País vive grave crise econômica. O parlamentar que mais discorreu sobre o assunto, do PDS pernambucano, considerou a Reforma Agrária necessária não tanto pela geração de mais empregos e alimentos, mas como dique de contenção do êxodo rural e do crescimento da miséria e marginalidade nos grandes centros urbanos. Explicitou também sua opinião de que a Reforma deveria abranger as terras desocupadas, localizadas, no seu entender, nos cerrados do Centro-Oeste. Aliás, essa opinião foi partilhada pelos parlamentares fluminenses que, também, sustentaram que a Reforma deve ser feita nas terras improdutivas. Um deles, do PMDB, afirmou ser desnecessária a Reforma em Campos e São João da Barra, onde, segundo ele, não há latifúndio improdutivo.

Entre os parlamentares do Rio Grande do Sul, a tendência foi reduzir a importância política da Reforma Agrária e minimizar a questão fundiária. O discurso de um parlamentar do PDS que, após afirmar que a Reforma deve ser apenas um capítulo da política nacional agrária e agrícola, saiu-se em defesa dos antigos pequenos produtores, o que bem ilustra essa tendência: "Vejo o governo prometer tudo para os novos pequenos produtores e nada para os antigos, uns abandonados".

Os entrevistados que são membros das comissões mencionadas unanimemente apoiam a Reforma Agrária e acentuam a importância de uma política agrícola adequada. Um presidente de comissão lembrou o fato de que se o PNRA fosse submetido ao Congresso — o que é desnecessário, pois o Plano é apoiado em Legislação vigente, o Estatuto da Terra — "tenderia a piorar".

¹¹ Houve apenas um parlamentar do Rio de Janeiro que reportou experiências bem sucedidas de redistribuição de terras em seu Estado e de colonização no Estado de Rondônia.

A defesa mais explícita da Reforma Agrária veio também de um presidente de comissão quando não estabeleceu a vinculação necessária entre a Reforma e a questão tecnológica:

“A Reforma Agrária é um instante necessário que teremos que viver para tornar mais justa a estrutura fundiária, principalmente pelo aproveitamento adequado do latifúndio improdutivo, pela eliminação da violência no campo e pela ampliação dos meios de acesso à propriedade . . . Com Reforma Agrária ou sem Reforma Agrária teremos a questão tecnológica condicionando discussões sobre produtividade, economicidade, ecologia e outros temas necessariamente inscritos no contexto do setor agrícola. Principalmente porque, num modelo capitalista como o nosso, teremos sempre a convivência de empresa agrícola e da pequena propriedade.”

Em relação ao uso adequado das tecnologias disponíveis, apenas os presidentes de comissão se manifestaram, achando que as novas tecnologias não devem dominar exclusivamente a agropecuária e devem ser usadas em combinação com práticas tradicionais. Foram citados os exemplos da tração animal no caso das pequenas propriedades e da adubação orgânica, em outros casos. Do ponto de vista do uso adequado de novas tecnologias, lembrou-se que nem todas as tecnologias disponíveis são usadas, principalmente as que dizem respeito à preservação do meio ambiente, como as práticas de conservação do solo.

A respeito da questão da difusão tecnológica, a grande maioria dos entrevistados entende que o tradicionalismo do agricultor é o principal obstáculo à inovação. Foi citada a experiência gaúcha de clubes de produtores (CITES), formados para a discussão e aplicação experimental de novas tecnologias, como a forma mais eficiente de romper a resistência encontrada às novas práticas. Além disso, é apontado o desconhecimento das técnicas disponíveis. Um conjunto menor de parlamentares, além das razões inerentes à mentalidade e baixo nível de informação do agricultor, aludiram a outras razões mais estruturais. A esse respeito, um parlamentar fluminense afirmou: “A culpa não é do lavrador analfabeto que nem tem como usar novas tecnologias”.

A Geração da Política Tecnológica e o Papel do Congresso Nacional

A partir do não atendimento sistemático a suas reivindicações, os trabalhadores rurais formulam uma concepção bem delineada do processo de geração da política tecnológica. Este seria caracterizado, basicamente, por decisões tomadas sem a consulta aos interesses diretos, “de cima para baixo”, que atenderiam fundamentalmente aos interesses das grandes empresas fornecedoras de insumo, na sua maioria

multinacionais. A constatação é a da não existência de espaços nos processos decisórios, onde os trabalhadores possam apresentar seus interesses e influir de alguma maneira nas decisões políticas resultantes. Este conjunto de questões foi apresentado aos parlamentares, e foi-lhes solicitado que explicitassem seu posicionamento a esse respeito.

No que se refere à exclusão dos trabalhadores dos processos decisórios, grande parte dos entrevistados considerou-a traço do regime autoritário que findou. Um parlamentar pernambucano iguala as situações do trabalhador às do produtor e do político, todos havendo sido cerceados em sua participação pelo estado autoritário. Outro entrevistado, também pernambucano, considera inclusive que, nos últimos anos do regime militar, este vinha promovendo a participação do trabalhador em algumas instâncias decisórias como a justiça do trabalho e algumas comissões ministeriais. O mesmo parlamentar considera indispensável a participação dos trabalhadores, por constituírem "um segmento social de grande potencialidade". Há unanimidade na expectativa de, na nova situação política, a participação dos trabalhadores vir a incrementar-se.

A orientação da ação estatal pelos interesses das multinacionais foi admitida abertamente em alguns casos¹². Também aqui, a questão foi colocada como traço do regime anterior, cabendo à Nova República a reversão desse comportamento. Um parlamentar fluminense asseverou que o Estado não tem-se envolvido nesse assunto, e, não se envolvendo, facilita a ação das multinacionais.

Um dos membros ativos da Comissão Mista Especial de Agrotóxicos acrescentou que a influência das multinacionais é muito grande, a ponto de, nos 20 anos de governo autoritário, "quase todos os ministros vieram das empresas multinacionais ou vice-versa", citando, inclusive, o nome de alguns. Segundo este parlamentar, esses ministros levaram para o serviço público o hábito de raciocinar em termos dos interesses e projetos das empresas estrangeiras que lhes pareciam mais eficientes.

É curioso notar que os parlamentares que indicaram a que interesses outros a ação do Estado deveria responder (representantes do PMDB pernambucano e PDT gaúcho) tenham citado a pequena e a média empresa ou empresas genuinamente nacionais, excluindo totalmente os trabalhadores. Essa atitude é correlata à opinião

¹² Apenas um parlamentar (PMDB/RS) recusou-se a crer na possibilidade de tal suspeição ser levantada contra o Estado ou Congresso. Apesar disso, ressaltou, em seguida, que o Congresso de hoje difere significativamente do de ontem, resvalando também para a justificação à base da mudança Velha-Nova República.

de outro parlamentar do PMDB pernambucano de que os ministros não deveriam mais sair dos quadros das multinacionais e, sim, serem escolhidos dentre políticos e empresários nacionais.

Quanto ao espaço decisório potencial dos trabalhadores, dentro do regime capitalista, a maioria afirmou sua existência, argumentando antes que os trabalhadores ainda não estavam ocupando todo o espaço disponível na Nova República. O representante do PFL pernambucano foi além e identificou participação nas decisões de política tecnológica, com utilização da tecnologia no processo de trabalho: "Eles estão participando quando eles estão utilizando essa tecnologia que está sendo aplicada, ajustada, no país".

O voto do analfabeto foi também citado por um parlamentar do PMDB pernambucano como prova da existência desse espaço. Houve opiniões que condicionaram a ocupação deste espaço à maior educação dos trabalhadores. Um nível maior de organização sindical foi apontado como pré-condição para a ocupação do espaço ou, nas palavras de presidente de comissão (do PMDB-RN), "poder não se ganha, conquista-se". Na mesma linha de raciocínio, outro parlamentar (do PMDB-RJ) afirmou que "quando o trabalhador conseguir união e força, ele vai participar de toda e qualquer política". Outro membro de comissão também admitiu a existência desse espaço, lembrando que, ao contrário do que pensa outro colega seu do PMDB de Pernambuco¹³, o sindicalismo rural foi o que mais se fortaleceu durante o regime autoritário.

A forma de participação mais citada, porém, foi a da articulação entre as lideranças dos trabalhadores rurais (organizados em cooperativas e sindicatos) e lideranças partidárias no Congresso Nacional¹⁴. Essa forma de pressão foi considerada legítima e democrática. Foi citada, também, a pressão difusa da opinião pública, através de manifestações, e o contato mais freqüente com os parlamentares eleitos na base territorial dos trabalhadores. Um dos parlamentares do PDS pernambucano privilegiou, inclusive, essa forma de participação: "Hoje há eleições de quatro em

¹³ Este parlamentar preferiu informar que as dificuldades de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais dizem mais respeito à forma como o sindicalismo rural está estruturado nacionalmente. Tenta-se, segundo ele, aplicar um modelo urbano de sindicalismo a uma realidade diversificada e complexa, a qual deveria ter formas próprias, específicas, de encaminhamento em termos de política agrária nacional.

¹⁴ Um parlamentar do Rio de Janeiro citou o fato da participação do presidente da CONTAG na Comissão Especial para Elaboração da Constituinte como evidência desse espaço disponível.

quatro anos, o parlamentar eleito tem que dar satisfações para se reeleger e o trabalhador assim participa¹⁵.

Dois dos representantes do PDT, na amostra, consideram a efetivação de medidas de cunho socialista na economia, condição necessária a tal participação. Em sua maioria, porém, os parlamentares sugeriram o incremento dos canais de comunicação de mão dupla entre a estrutura sindical, especialmente a local, e representantes da região no Congresso Nacional. Um dos presidentes de comissão acrescentou que a mão dupla deverá ser estabelecida entre o povo e Congresso, e deste até o Executivo, sendo o Congresso o mais alto fórum de debates do País. Outro, também membro de comissão, considerou que se tentava fazer este tipo de canal com o Executivo e que agora, com o fortalecimento do Legislativo, o canal deverá ser feito com este.

No novo contexto político, é atribuído ao Congresso Nacional um papel muito importante na questão tecnológica. A maioria dos entrevistados concorda quanto à necessidade de se criar uma legislação disciplinando a matéria, especialmente no que diz respeito ao controle do uso de agrotóxicos.

Foi levantada a idéia da criação de um Instituto, com a finalidade de regular constantemente a matéria. Também sugeriu-se que o diploma legal a ser elaborado tivesse um caráter educativo, alertando o usuário sobre os riscos que o uso de determinados produtos acarreta em termos de saúde e, até, financeiros.

Além da função legislativa, foi citado o papel do Congresso enquanto fiscalizador de atos do Executivo. A apreciação de orçamentos do Governo deveria ser acompanhada, segundo um dos entrevistados, de sugestões no sentido de ampliação das verbas destinadas à pesquisa e difusão tecnológica.

Finalmente, a possibilidade de o Congresso atuar como caixa de ressonância de reivindicação de trabalhadores rurais, através de pronunciamento, trabalhos de comissões, Comissões Parlamentares de Inquérito etc., foi aventada pelos entrevistados.

¹⁵ É curioso que este parlamentar, defensor do voto periódico como forma privilegiada de participação dos diversos grupos sociais, tenha sido o único a revelar ter contato direto com representantes de alguns desses grupos. Informou, no decorrer da entrevista, estar empenhado em atender um pleito de produtores rurais sobre a assistência previdenciária aos trabalhadores rurais.

CONCLUSÕES

Os depoimentos de congressistas, colhidos para este estudo, autorizam a afirmação de que a tecnologia agropecuária começa, apenas, a ser pensada no Congresso Nacional. Não é ela, ainda, um tema que já tenha limitado seu espaço político entre os representantes da Nação no Legislativo.

As demandas de trabalhadores rurais — pequenos produtores e/ou assalariados — sobre tecnologia não chegam ao Parlamento por canais definidos: nem os partidos políticos parecem se constituir em veículos efetivos dessa questão, nem os sindicatos chegam ao Congresso por caminhos claros e institucionalizados.

A ruptura entre as bases sociais e seus representantes políticos, se tem implicações negativas no exercício da cidadania da maioria da população do País, no que diz respeito à tecnologia agropecuária, dificulta, ainda, a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais em suas instituições sindicais sobre o tema e possibilita, no Congresso, um discurso abstrato.

A fala difusa, em nome de bases também difusas, favorece, sempre, a manutenção do *status-quo*. Os depoimentos caracterizam fala dessa natureza. Em contraste com os depoimentos de trabalhadores rurais — que, também, apenas iniciam a contextualização política da questão tecnológica na agricultura no seio de seu movimento sindical, mas que são capazes de pensá-la criticamente em função da experiência vivida —, os depoimentos de parlamentares, em sua maioria, são vagos e abrangentes, incapazes de absorver os temas levantados pelos trabalhadores rurais.

Ao tratar genericamente da tecnologia agropecuária, sem especificar como e a quem se destina, e suas implicações diferenciadas, grande parte dos parlamentares entrevistados tende a deslocar o problema tecnologia/pequeno produtor para tecnologia/grande produtor. Segundo eles, todos os produtores precisam de financiamento para a produção e, principalmente, facilidades de comercialização. O grande problema são as agências financiadoras privadas que exercem extorsão sobre os produtores. A solução seria, no dizer de alguns parlamentares, a estatização dos bancos.

As implicações da tecnologia para o trabalho assalariado raramente são tratadas em sua especificidade. A questão da liberação de mão-de-obra pela adoção de novas tecnologias não é articulada em termos de reforma agrária. Tão pouco a reforma agrária é vista como viabilizadora da pequena produção, na maioria dos casos.

O grande problema, explicitamente formulado ou implicitamente sugerido pelos parlamentares, é o da mentalidade do produtor rural que resiste à adoção de novas técnicas. Por razões psicológicas e/ou culturais, o produtor rural (especialmente o pequeno, que tem dificuldades em absorver novas tecnologias) é tradicional. Daí, mais uma vez, o fato de ser sublinhada a importância da extensão rural e de seus técnicos modernizantes, sem nenhuma consideração às críticas ao modelo difusionista, elaboradas não só pelos trabalhadores rurais, mas também por técnicos, inclusive por técnicos da extensão.

Ao dissolverem as implicações da tecnologia para o pequeno produtor e assalariado rural na generalidade da agropecuária no Brasil, os parlamentares entrevistados passam a pensar a questão tecnológica pelo prisma do grande produtor. Ao deslocarem o problema da adoção de tecnologias pelo pequeno produtor para o âmbito da mentalidade tradicional, além de negarem o "saber do agricultor experiente" (usando linguagem dos trabalhadores rurais), formulam a questão não mais em termos de problema que admite soluções, mas como um dado com o qual se tem que conviver ainda por muito tempo.

A reforma agrária, já que não é pensada pelos entrevistados como possibilidade de viabilização do pequeno produtor e do assalariado rural, é, embrionariamente, formulada em termos técnicos: a partir da constatação de que não basta, apenas, distribuir terras, começam a apontar dificuldades técnicas para a execução da reforma agrária e a sugerir os caminhos para sua não realização. As entrevistas dos parlamentares não reproduziram, nesse ponto, a nítida divisão observada no Congresso da CNA. A necessidade ou conveniência de reformar as terras improdutivas foi admitida. Foi comum, no entanto, a localização de tais terras, prudentemente, bem longe dos seus respectivos estados.

A clivagem regional transpareceu nitidamente, assim como, se bem que com menor intensidade, a ideológico-partidária. Notou-se nos parlamentares gaúchos a tentativa de apropriarem-se e refletir reivindicações dos pequenos produtores rurais de seu estado. Tal tentativa revela, no mínimo, algum conhecimento dos problemas que vive esse segmento social. As reivindicações e problemas dos assalariados rurais, no entanto, não encontram eco, de forma geral, nos parlamentares, mesmo nos mais progressistas. Exemplar, a esse respeito, é a explicação do êxodo de assalariados rurais do campo a partir da legislação trabalhista muito frouxa, paralela à negação do caráter substitutivo de mão-de-obra da mecanização.

Tanto entre os parlamentares de Pernambuco como entre os do Rio de Janeiro, registrou-se a existência de um discurso claramente favorável aos grandes proprie-

tários dos seus estados. Nos casos em que o discurso se pretendia favorável aos trabalhadores, não foi além da concordância pura e simples com as suas reivindicações. Isto parece indicar pouca reflexão sobre o assunto e, conseqüentemente, nenhum interesse genuíno em constituir-se em veículo daquelas reivindicações. Em contraste com o Rio Grande do Sul, a organicidade da representação política dos parlamentares desses estados, quando ocorre, é com os grandes proprietários.

Cabe lembrar, nesta conclusão, que — quando se pretendeu dar continuidade aos estudos das percepções e reivindicações de trabalhadores sindicalizados sobre tecnologia agropecuária e decidiu-se por analisar, no Congresso Nacional, as posições dos parlamentares sobre aquelas percepções e reivindicações — pretende-se avançar na delimitação da tecnologia como um campo de construção da cidadania para trabalhadores rurais.

Em estudos anteriores (Figueiredo 1985), procurou-se mostrar que a tecnologia contém uma dimensão política implicando, portanto, um espaço de decisões, onde determinadas articulações de interesses prevalecem: um espaço do cidadão. No Brasil recente, a expansão do capitalismo na agricultura levou a uma intensificação no uso de tecnologias modernas, afetando diretamente o trabalhador rural, sendo que, sobre esse processo, ele apenas marginalmente decidiu, quando o fez. Já que o capitalismo é um processo histórico-social, a direção por ele tomada vai depender de como atuam os diferentes setores sociais e de poder que dele participam. Tão importante como as determinações estruturais, que explicam a penetração do capitalismo na agricultura brasileira e a diferenciação social a ela associada, são os espaços políticos em que se organizam vontades e interesses coletivos.

As ações políticas dos trabalhadores rurais não são discretas e descontínuas, e a CONTAG exerce a coordenação dessas lutas, cumulativamente construindo a luta contra o autoritarismo e pelo exercício da democracia (Palmeira 1985). Tais lutas — de construção da cidadania do trabalhador rural — têm tido como foco principal a questão fundiária, o acesso à terra, passando, também, pela conquista de direitos trabalhistas pelo assalariado rural (Sigaud 1980, D'Incao 1984). Mais recentemente, e também se constituindo como um campo de construção da cidadania como a pesquisa revela, o tema da tecnologia começa a ser enfrentado pelo movimento sindical de trabalhadores rurais.

O Congresso Nacional, efetivamente, é um espaço de exercício da cidadania, contudo, ainda não suficiente e/ou adequadamente ocupado pelos trabalhadores rurais. No que diz respeito à conquista de direitos humanos, sociais e políticos (os direitos do cidadão) referentes à preservação da saúde e do meio ambiente, ao

acesso a máquinas e insumos agrícolas e à participação na formulação de políticas para a agricultura, os discursos dos parlamentares não absorveram, em sua grande maioria, a fala e as reivindicações específicas dos trabalhadores rurais.

Como a análise mostrou, há variações entre parlamentares de diferentes regiões que aproximam discursos de diversos partidos políticos, bem como variações entre as falas dos parlamentares em geral e daqueles que são presidentes ou relatores de comissões.

Os deputados do Rio Grande do Sul tendem a levar em conta as reivindicações do movimento sindical de trabalhadores rurais, assim como os presidentes relatores de comissão; estes, especialmente, as reivindicações expressas nos congressos realizados pela CONTAG. Como, no âmbito do Congresso, os presidentes de comissões contam com mais assessoria para o assunto de que trata a comissão, esse fato poderia explicar o discurso mais denso desses parlamentares, além de outros fatores de ordem individual, já que não parece ser o partido político o responsável por tal "competência". Por outro lado, no Rio Grande do Sul, parece que os pequenos produtores de soja conseguiram organizar-se no sindicato e sensibilizar outros setores da população quanto à maneira como percebem a questão tecnológica. Fazendo isso, criaram um campo de discurso do qual não podem escapar os congressistas.

A integração política, em si, não é condição suficiente para a participação democrática. As formas específicas de incorporação na arena política são fundamentais para esclarecer o escopo e significado da cidadania (Reis 1985). Sem pretender ir além do que permitem as informações colhidas na pesquisa, tanto as percepções dos pequenos produtores de soja sindicalizados, do Rio Grande do Sul, sobre tecnologia, como as falas dos congressistas gaúchos, sugerem que aqueles pequenos produtores estão conseguindo delimitar um espaço de direitos e responsabilidades com respeito à tecnologia que implica negação da solidariedade vertical. Nesse sentido, então, parecem estar construindo sua cidadania num espaço democrático de participação, onde o tema da tecnologia vem adquirindo centralidade.

Já no Rio de Janeiro, apesar de ser expressivo o número de pequenos produtores de cana-de-açúcar e de, no sindicato, fazerem presentes — se bem que timidamente — suas percepções sobre a tecnologia, os discursos de parlamentares fluminenses são imprecisos e genericamente manifestam apoio ao produtor em geral, e negam que haja desemprego tecnológico e danos à saúde e ao meio ambiente nas regiões de cana do Estado do Rio. Tais elementos sugerem relações de patronato na região, apoiadas, obviamente, na solidariedade vertical e dificultando os laços de solidariedade horizontal. Estes laços teriam permitido aos próprios pequenos produ-

tores de cana formular, com mais clareza, tanto sua percepção, como suas reivindicações com respeito às novas tecnologias.

Quanto ao efeito das novas tecnologias sobre o trabalho assalariado, a reflexão não avança no Rio Grande do Sul, nem no nível sindical nem no dos congressistas. Ocorrem, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, algumas identificações das implicações das novas tecnologias sobre o trabalho assalariado em nível sindical, mas as falas parlamentares tendem a ocultá-las, sob argumentos vagos em defesa do trabalhador rural, do cidadão brasileiro ou sob a inevitabilidade de custos sociais do desenvolvimento nacional. O que a pesquisa sugere é que, para os parlamentares, o assalariado da cana, tanto no Rio como em Pernambuco, é apenas uma referência vaga na discussão da modernização tecnológica.

No entanto, a pesquisa mostrou que, especialmente em Pernambuco, o movimento sindical de trabalhadores rurais, tanto ao nível de suas lideranças como no de suas bases, apresenta posição clara — se bem que não detalhada — em relação à modernização tecnológica da agricultura e suas implicações para o assalariado rural. A ruptura entre essa visão e seu tratamento político em instâncias locais e nacionais é que constitui o problema. Possivelmente, para que os interesses dos assalariados rurais em relação à questão tecnológica cheguem ao Congresso Nacional, seria ainda necessário aprofundar a questão em nível sindical e ampliar sua discussão nacionalmente, mas talvez, principalmente, fosse necessário o rompimento de laços clientelísticos que articulam os trabalhadores rurais a seus representantes no Legislativo. Apenas os discursos de presidentes de comissões formulam, com maior precisão, as implicações da tecnologia para o trabalho assalariado agrícola, e afirmam que o enfrentamento dessas questões tem que passar pela política econômica global do País e não apenas pela política agrícola.

Finalmente, segundo Reis (1985), o clientismo tende a persistir indefinidamente no Brasil; seu caráter reacionário deriva, principalmente, do fato de que evita a emergência, de dentro, de pressões para mudança, e de que as possibilidades de implementação de padrões alternativos de cidadania no Brasil rural serão grandemente condicionadas por forças externas. A atual pesquisa sugere que os pequenos produtores da soja do Rio Grande do Sul, ao começarem a pensar na tecnologia para a agricultura e a se situarem frente à modernização tecnológica, abram um campo de participação e construção de cidadania, externo ao clientelismo e no âmbito do movimento sindical de trabalhadores rurais.

A Questão Agrária, excluída da agenda política pelos governos militares após 64, continua sendo reproduzida pelos vínculos entre Estado e sociedade. Um desses

vínculos fundamentais é exatamente o clientelismo: os governos militares ampliaram a cidadania no mundo rural convertendo os novos cidadãos em clientes da autoridade (Reis 1985).

Quando da instalação do novo regime político no Brasil, em 1985, a Questão Agrária retoma lugar central no cenário político, trazendo como fundamentais não só o problema fundiário, mas também o tecnológico e o da cidadania das classes trabalhadoras do campo. A Questão Agrária reaparece na agenda política constituindo-se em um desafio tanto para estudiosos, como para o próprio futuro democrático do País. A pesquisa sobre tecnologia agropecuária no Congresso Nacional contribui para mostrar a tecnologia como um campo de construção da cidadania, sempre ameaçado pela outorga de direitos de cidadão, pela criação do cliente da autoridade.

REFERÊNCIAS

- D'INCAO, M.C. Qual é a questão do bóia-fria. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FIGUEIREDO, V. O campo histórico político da tecnologia e os trabalhadores rurais sindicalizados. Brasília, UnB, 1985. (Sociologia).
- FIGUEIREDO, V., coord. Movimento sindical de trabalhadores rurais e tecnologia; relatório de pesquisa. Brasília, UnB, 1984. Mimeografado.
- FIGUEIREDO, V. & ARAÚJO, C.E.P. de. A modernização da produção na visão dos trabalhadores da soja e da cana-de-açúcar. Brasília, UnB, 1984a. (Sociologia, 46).
- FIGUEIREDO, V. & ARAÚJO, C.E.P. de. Tecnologia agropecuária e movimento sindical dos trabalhadores rurais. Cad. Dif. Tecnol., 1(2):157-217, maio/ago. 1984b.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. Pesquisa para identificação de tendências e posições dos parlamentares do PMDB, PDT e PT sobre o PL n.º 10 do Executivo. Brasília, 1984. Mimeografado.
- LATIFUNDIÁRIOS no Congresso atacam plano de Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1985. 1. cad., p.5.
- LIMA, V.A. de. O legislativo e a política de ciência e tecnologia. Brasília, CNPq, 1985. (CPO, 11).
- PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo; luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V., org. *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Loyola, 1985.
- Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 2(2):247-269, maio/ago. 1985

- REIS, E.P. **Change and continuity in Brazilian rural politics**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1985. Mimeografado.
- SCHMIDT, B.V. & FREITAS, E.S. Estado, sindicatos de trabalhadores rurais e tecnologia. **Cad. Dif. Tecnol.**, 1(3):395-415, set./dez. 1984.
- SIGAUD, L. **A greve nos engenhos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.